

O Cooperativismo popular como forma de inserção econômica no Amazonas/ Brasil.

Celso A. Torres.

Cita:

Celso A. Torres (2007). *O Cooperativismo popular como forma de inserção econômica no Amazonas/ Brasil*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/497>

O Cooperativismo popular como forma de inserção econômica

Celso Augusto Tôres do Nascimento¹

A concepção do trabalho como um bem em si mesmo perpassa a questão da centralidade do trabalho, presente, sobretudo nas teses lukacsianas, formuladas na obra *Per una antologia dell essere sociale*, traduzida no Brasil em 1979 por Carlos Nelson Coutinho. Em Lúkacs, o trabalho aparece como um valor central na vida do ser social, uma espécie de deidade que leva o homem a exteriorizar-se como ser criativo. É uma atividade construtora do próprio ser social.

A idéia de que o trabalho dignifica o homem não advém da matriz marxista. Ao contrário, Marx dedica boa parte de suas obras à uma crítica ao trabalho explorado e à alienação do trabalhador. Essa idéia foi elaborada no final do século XIX pelo discurso religioso, com o papa Leão XIII, autor da Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891. Esta obra apresenta, de um lado, uma clara defesa da propriedade privada e do sistema capitalista e, de outro, a legitimação da exploração da força de trabalho pelas forças produtivas em presença.

As relações de exploração que regem as sociedades capitalistas produziram alienação do indivíduo levando-o à imanência e coisificação. A mistificação da exploração do trabalho torna imperceptível a diferença entre força de trabalho e trabalho na composição do operariado. Não surpreende, no entanto, que nesse cenário a força de trabalho assumia basicamente a condição de “animal laborans, e o trabalho seja uma atividade correspondente ao artificialismo da existência humana” (ARENDR, 1999,p.15). Isto porque as condições vivenciadas no processo de trabalho independem da vontade do operário estando, pois, no plano dos condicionamentos históricos.

Em Arendt (1999), o animal *laborans* corresponde à condição humana do labor em que o operário busca, através do dispêndio de força física, suprir a sua sobrevivência

¹ Celso Augusto Tôres do Nascimento, é mestre em Sociedade & Cultura da Amazônia(Sociologia do Trabalho) pela Universidade Federal do Amazonas/Brasil. É professor substituto do Departamento de Economia e Análise da mesma universidade. Membro fundador da ABPES – Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária.

imediate ligada às necessidades vitais do seu organismo, visando a reposição de suas forças. Ter-se-ia, então, uma espécie de animal humano que emprega as suas energias unicamente para garantir as condições biológicas do ciclo de sobrevivência sendo, o labor, um ato inerente a esse processo orgânico-natural. Diferentemente da condição de animal *laborans*, apegado ao seu estado de natureza de forma imanente, alienado e provedor da imediatividade, o *homo faber* vivencia um momento singular de subjetividade e identidade humano-social.

O cooperativismo é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, cujo cariz criador e re-criador assume uma perspectiva de construto-humano. Trata-se de um modelo de trabalho alternativo, forjado autonomamente pelos trabalhadores sob os auspícios de uma racionalidade flexível e compatível com os princípios da solidariedade e democracia. O sistema cooperativo apresenta-se como um instrumento político e econômico no âmbito das estratégias de sobrevivência de indivíduos que se associam, com os propósitos claros de buscar prover as necessidades materiais.

É um instrumento e não um fim no âmbito da sobrevivência, o seu cariz político está voltado para a inserção social de grupos excluídos pela reestruturação produtiva e o seu aspecto econômico reside na perspectiva de geração de renda. Esse modelo serve não só para inserir aqueles trabalhadores que estão perdendo mercado nesses tempos de reestruturação produtiva, como também àqueles que nunca foram inseridos no mercado.

O cooperativismo possui uma interface social bem delineada: além de gerar oportunidade e inserir, de forma digna, um contingente de pessoas no processo produtivo, propicia o estabelecimento de relações de cooperação e solidariedade entre os trabalhadores. Trata-se de ações que se implementadas com metodologia e determinação podem ter, na prática, um forte impacto social. Para Singer (2002, p.09),

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais.

O sistema cooperativo remonta aos primórdios da Revolução Industrial. Nasce, inicialmente, na Inglaterra e na França e depois se estende pelo mundo afora. Naquele momento em que a Europa passava por profundas transformações, sobretudo com o advento da industrialização e da chamada “revolução das máquinas”, grandes parcelas de trabalhadores foram excluídas do processo produtivo. A forma encontrada para fazer frente a essa situação de marginalização produtiva desses contingentes populacionais foi o método cooperativista. Foi assim que as cooperativas surgiram, “na tentativa, na época ingênua, de substituir a empresa capitalista desigual e exploradora por empresas industriais modernas, democraticamente autogeridas pelos seus trabalhadores” (SINGER, s/d. p. 84). No Amazonas² as iniciativas cooperativadas têm início nos anos 1950/60

Com a predominância das cooperativas agrícolas ou cooperativas rurais. Na década de 70 chegaram as cooperativas de habitação, na década de 80 chegaram as de crédito e na década de 90 as cooperativas de trabalho (Estevam, entrevista/2004).

As transformações que ocorrem atualmente no mundo do trabalho nos convidam a olhar o passado e perceber que há uma situação similar. Novamente os trabalhadores recorrem ao cooperativismo para colocarem-se no processo produtivo.

A diferença é que eles buscam reinventar um novo tipo de cooperativismo articulado por frentes de trabalho e serviços que, uma vez executados, geram renda aos cooperativados. Trata-se do cooperativismo popular que, enquanto tal, não existe. Existe o cooperativismo tradicional como um sistema econômico legalmente reconhecido pelo Estado, com normas e regimentos que se tornaram amorfos na atualidade. À época da gênese desse sistema, tornou-se necessário criar padrões e outros indicadores que definissem e sustentassem político e economicamente as empresas cooperativadas. Nos dias atuais as demandas exigem não apenas uma reformulação do sistema, mas também a introdução de novos elementos e até reinvenção de uma nova modalidade de cooperação.

² Este paper é parte substantiva da nossa dissertação de mestrado intitulada *experiências de cooperativismo em Manaus: uma iniciativa inovadora no âmbito da geração de renda*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade & Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, em 2005.

Os tempos são outros, os níveis de exclusão social são elevados e estarrecedores. Estamos nos referindo a grupos sociais desprovidos de subsistência, alijados e degradados em sua condição humana. Quando se fala em cooperativa popular quer-se atingir esses grupos de pessoas e isso exige contornos na concepção e operacionalização do sistema cooperativo. De acordo com Singer (1998, p.63),

A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau. Nos países do terceiro mundo existe uma fome de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica. É a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras redes sociais.

Estevam Costa fundador da Cooperativa de crédito da Emater aponta para o fato de que

O predomínio do cooperativismo brasileiro é ainda do patronato rural. Foi a partir das últimas décadas que a nova geração vem surgindo do espaço urbano, através das cooperativas de habitação, crédito e trabalho. Esses grupos ainda não estão suficientemente recepcionados no ambiente de discussão do novo sistema do cooperativismo brasileiro, de forma que as mudanças necessárias na legislação atual ainda não ocorreram (entrevista/2004).

O cooperativismo popular merece um tratamento diferenciado porque envolve grupos sociais diferentes. Se é verdade que a sociedade é feita simultaneamente de mutações e permanências, é hora de compreendermos que as demandas sociais requerem plasticidade nas leis para atender necessidades imediatas. Guimarães (1998, p.22) alerta para o fato de que

Quando pleiteamos que cooperativas populares não paguem a taxa de alvará, mas paguem a sua

renovação, estamos afirmando que aquelas pessoas não têm condições de pagar. Não estamos afirmando que as cooperativas de um modo geral não devam pagar. Quando insistimos que o crédito tem que ser diferenciado, estamos dizendo para quem dever ser diferenciado.

Esse diferencial deve ser bem demarcado no escopo do sistema cooperativo, não como um corpo estranho que é acoplado ao sistema, mas como uma demanda que se faz mister no início do século XXI. O termo cooperativismo popular não é uma invenção da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, ligada à COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), é uma expressão que ganhou sustentação no próprio senso comum. Para firmar posição quanto à diferença dessa modalidade de cooperativa, torna-se necessário conceituar o grupo social com o qual se está trabalhando e, “principalmente, ter clareza das conseqüências do processo, no sentido de evitar a má utilização desse importante instrumento” (GUIMARÃES, 1998, p.22). Esta modalidade inclui grupos pauperizados dos sem-teto, desempregados da indústria, do comércio e dos serviços, taxistas, agricultores, feirantes dentre outros. Para Singer (1998, p.63),

Os sem-teto são uma conseqüência da exclusão econômica, que ocorre quando a pessoa perde o seu emprego, esgota o seguro-desemprego e gasta suas economias na desesperada batalha para manter as aparências(...). É uma forma extrema de exclusão social.

É o próprio professor Singer (s/d: 85), que aponta para o fato de que “a cooperativa foi literalmente reinventada na década de 90, nas mais diversas regiões do Brasil (...). Isso acontece em muitas partes, sem uma iniciativa política, do partido, de uma central sindical ou do sindicato, acontece simplesmente porque a vida impõe”. É verdade que em algumas regiões ainda não há uma organicidade ou uma base sólida que dê sustentabilidade ao sistema, por isso houve algumas iniciativas fracassadas por falta de conhecimento de sua metodologia. O caráter democrático de sua gestão é fundamental para a sua funcionalidade, as assembleias, as comissões de ética, os contratos e a criação de fundos que garantam a operacionalização das ações não devem ser negligenciados. Essa organicidade garante o sucesso do empreendimento e dá a

certeza de que todas as receitas serão revertidas para a própria cooperativa e para os cooperados.

Este é um novo modelo nas relações de trabalho em que a autogestão é a alma do negócio, mas é preciso saber administrar bem. Este é o desafio: “afirmar a autogestão e demonstrar que é viável investir em um trabalhador para que ele monte a sua empresa autogestionável, coletiva, democrática e gere trabalho e renda dentro de uma outra ótica, que está no mercado mas não é do mercado” (GUIMARÃES, 1998, p.25). Um dos problemas que se impõe como obstáculo às cooperativas populares é a contribuição financeira dos cooperados ao sistema, tais como as chamadas quotas-partes. A lei 5.764/71 é enfática quanto a obrigatoriedade dessa espécie de “imposto” das cooperativas. Estevam nos informa que as *quotas-partes continuam existindo até agora no Amazonas, eu não conheço cooperativa que foi registrada na Junta Comercial sem ter o capital mínimo* (entrevista/2004).

Abolir as quotas-partes e/ou encontrar outros meios para compor o capital de giro, necessário para a manutenção da cooperativa não tem sido uma discussão consensualizada entre os atores sociais do sistema cooperativo. O próprio Estevam fica meio que perplexo diante dessa discussão quando interpelado sobre o assunto:

Não sei se é possível uma sociedade sem capital, como que a gente vai trabalhar com o capital sem dar a ele o peso que ele tem na sociedade comercial. A diferença da cooperativa de uma sociedade comercial é que na cooperativa o capital só tem função de uso, não tem função de mando (entrevista/2004).

Alguns autores como Singer (2000), consideram que o sistema cooperativo brasileiro tem que sofrer mudanças. O cooperativismo popular é viável, mas carece de instrumentalização e adequação do seu método organizativo para que haja eficiência na gestão. É preciso repensar as quotas-partes como um mecanismo rígido presente no sistema, cada modalidade cooperativada merece um tratamento adequado às demandas que se apresentam nos novos tempos.

Um dos nossos entrevistados revela que “muitos cooperados não comparecem às reuniões da cooperativa por causa da questão financeira. Aqui na Codescoop cada um

contribui com o que pode, mas há solidariedade entre seus membros” (entrevista/2004). É importante percebermos que as iniciativas cooperativadas passam também por instâncias mediadas no plano político, social, cultural e ético. Novas formas de sociabilidade são reinventadas, identidades são reconstruídas e outras formas de organização política entram em estudo.

O mundo capitalista vive um momento crucial de elevado nível de reestruturação das relações de trabalho, os quais constituem a base do sistema de acumulação. Essa dinâmica remete, inequivocamente, para o repensar da estrutura empresarial que pressupõe mudanças na racionalidade do processo de trabalho. Operam-se mudanças nas relações de trabalho para além da aporia emprego/desemprego. As classes trabalhadoras são golpeadas no seu modo de ser, na sua identidade e nas formas de solidariedade entre seus membros.

Está em curso uma tendência de inversão da cidadania ou de imposição de uma cidadania subalterna que atinge as classes trabalhadoras na sua construção ontológica. A reconstrução da competição de mercado e o individualismo têm sido apontadas pela política neoliberal como solução para a saída da crise.

Há uma desregulamentação das atividades econômicas, pois segundo essa concepção o intervencionismo estatal prejudica o desenvolvimento econômico e estimula a ociosidade, elevando o nível de pobreza. Esta é uma perspectiva neo-social consignada na era do não-direito, posto que promove a desregulamentação de uma série de medidas trabalhistas, conquistadas arduamente pelo conjunto dos trabalhadores ao longo de quase dois séculos.

Trata-se de um conjunto de redefinições que afeta profundamente a materialidade das classes trabalhadoras no que diz respeito ao seu modo de ser, sua identidade, representação política e formas de inclusão e exclusão no processo produtivo. É tarefa primordial dos trabalhadores reinventarem novas formas de inclusão no processo produtivo, construindo métodos alternativos que lhes permita sobreviver à crise.

Não se trata, outrossim, de ações simples e fáceis de conduzir. O cooperativismo popular não é um empreendimento capitalista que dita as normas empresariais e manda que sejam cumpridas por todos. No sistema capitalista os trabalhadores são comandados e deslocados de suas funções, num simples toque de caixa. No

cooperativismo popular os trabalhadores são autogestionários, são os sujeitos de suas próprias decisões e isto exige respeito às suas culturas e modos de ser. Eles forjam as suas próprias formas de organização e sociabilidade. A maior preocupação é o retorno financeiro e isso exige esforço e paciência, porém, se a cooperativa alcança legitimidade social dá o salto de qualidade na direção da concretização dos seus objetivos econômicos. Para Singer (2000, p.129),

Não basta que os integrantes da incubadora tenham conhecimentos básicos de cooperativismo. É necessário que adquiram cultura científica no campo da economia solidária, que é mais ampla que o cooperativismo tradicional, abrangendo inovações institucionais mais ou menos recentes como os bancos do povo e os clubes de troca.

Isto serve também para os formadores de cooperativas populares, pois evitaria em boa parte iniciativas frustradas e liquidação de certos empreendimentos.

A economia solidária ressurgiu atualmente com um forte potencial de resposta à crise do trabalho. Trata-se de uma perspectiva inovadora de grande envergadura social, capaz de reinserir grandes contingentes humanos no processo produtivo. É um processo superior de organização do trabalho humano que bate o sistema capitalista, em sua face perversa de acumulação x desapropriação do trabalhador. O aspecto coletivista e a solidariedade presentes nesta modalidade de trabalho, reveste-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano.

Diferentemente das relações de exploração que regem a sociedade capitalista e que levam o trabalhador à imanência e coisificação, a economia solidária eleva a estima dos trabalhadores que se recriam no processo de trabalho. A economia solidária é uma modalidade que ressurgiu no Brasil, trazendo um feixe de esperança aos trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva. Apresenta-se como uma possibilidade de geração de renda, para prover a subsistência no cenário do desemprego.

O homem é o animal *laborans* nucleado pelo trabalho, por isso quando falamos em crise do trabalho deve ficar claro que estamos nos referindo à crise do trabalho assalariado. A estrutura sistêmica do mundo do trabalho capitalista passa por metamorfoses e profundas mudanças na sua base de acumulação. As crises cíclicas atingem inexoravelmente a raiz acumulativa obrigando o capital a rever seus métodos.

Toda vez que o sistema ameaça entrar em colapso a *ratio* capitalista entra em ação com reintrodução de novos métodos na base do trabalho. O taylorismo, fordismo e toyotismo são métodos construídos para dar sustentabilidade ao sistema no período crítico do keynesianismo que se manteve no período de 1945 a 1975, nos países centrais. Esse foi um período de sucessivas crises do trabalho assalariado e do fenômeno salarial em todo o mundo capitalista.

Por mais perversa que possa parecer essa conjuntura de crise, matizada pelo desemprego, ela contribui para que os trabalhadores se recriem e reinventem-se como ser social. O trabalho em Marx não é somente um mecanismo de reprodução material do ser social. Assume também uma dimensão simbólica presente na ação praxiológica do sujeito histórico que transforma, cria e recria-se nesse processo. É verdade que o capitalismo eclipsou a dimensão de exteriorização do homem no evento do trabalho, pois a forma de exteriorização do trabalhador no processo fabril ocorre de forma alienada e não em seu aspecto criador e recriador da condição humana.

Assumir a direção racional no processo de trabalho e autogerir os negócios, representa um salto de grandeza na reabilitação humano-social do trabalhador. Some-se a isto, o fato de que “trabalhadores em cooperativas de produção não obedecem a ninguém, não tem patrão e, por outro lado, não podem fazer corpo mole, como acontece muitas vezes com quem tem quem pague seu salário no final do mês” (SINGER, 1998, p.38).

A Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias) é, talvez, a iniciativa de autogestão e participação acionária dos trabalhadores que tem se destacado nessa conjuntura de reinvenção das classes

trabalhadoras. Fundada em 1994³ num encontro de seis empresas em autogestão dentre as quais a Makely, em Franca/São Paulo, a Anteag traduz-se numa experiência de economia solidária que vem dando certo na sociedade brasileira⁴. Para Singer (2000, p.13), “ a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”.

O trabalho voluntário e a iniciativa autônoma de algumas pessoas foram construindo teias de relações importantes que deram origem à Anteag. A autogestão é a novidade e a marca consagrada dessa associação que surge dando um novo sentido ao trabalho. As características da entidade são basicamente as seguintes: 1) peculiaridade fabril e urbana dos estabelecimentos; 2) o caráter de organização coletiva e reprodutiva de trabalhadores; 3) e um certo apoio dos sindicatos (NAKANO, 2000).

A Anteag surge como uma iniciativa ousada, pró-ativa e autônoma no âmbito da autogestão. A busca dessa perspectiva autogestionária foi amadurecida por um sindicato cutista, que em 1991 decidiu “assumir a direção da empresa Makerli em função do encerramento de suas atividades produtivas e da eliminação de 482 empregos diretos” (NAKANO, 2000, p.67). É compreensível que um grupo de sindicalistas buscassem novas formas de fazer política, gestando métodos alternativos na organização do trabalho como resposta à reestruturação produtiva⁵.

Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos que congrega associação de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão. Congrega atualmente 30 empresas e cerca de 3.500 trabalhadores praticando autogestão. Construir esse modelo autogestionário não representou uma tarefa das mais fáceis, os desafios foram intensos. Para além dos mecanismos legais para a viabilização desse tipo de negócio, essa iniciativa exigiu a construção de uma cultura da cooperação e da autonomia e isto levou tempo para ser construído. Somente a partir da legitimidade política da organização é

³ Antes da sua criação havia a Cooperminas (Cooperativa dos trabalhadores de Minas), com sua história de resistência e luta. Ela pode ter sido a primeira experiência autônoma em autogestão do país.

⁴ O Sindicato dos Sapateiros de Franca está no nascedouro da Anteag. O aspecto técnico-operativo do início da Associação ficou a cargo de engenheiros da COPPE e técnicos do DIEESE que integraram a sua primeira diretoria.

⁵ Em 1991 o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, da CUT, procurou apoio do DIEESE, o que permitiu o desenvolvimento de um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão (Anteag, s/d).

que os nós foram desatados. As empresas afiliadas foram se enfronhando mais na vida da Anteag, num processo de ampla participação. De acordo com Luigi, presidente da Anteag, em entrevista registrada no jornal/informativo dessa entidade:

Antes havia o corpo técnico que era o ponto central da Anteag e havia referências nas empresas, mas o centro de decisão estava no corpo técnico. Hoje, a Anteag é composta pelas próprias empresas. A partir do 9º Encontro houve uma mudança estatutária na Anteag, as empresas resolveram assumí-la como parte deles e isso é muito bom, porque a associação ganha legitimidade. Atualmente elegemos nova direção e participam a Cooperminas, Catende, Bruscor... as empresas estão no conselho da Anteag (Entrevista/2001).

Está comprovado que esse tipo de empreendimento cooperativado requer a conjugação dos aspectos técnicos e políticos, que se imbricam como uma osmose. Esse é o segredo do sucesso da Anteag que, ao longo da sua história, não negligenciou essa união. A racionalidade técnica não sobrepôs o campo político, ao contrário disto, é o domínio político que constitui o motor da organização.

Essa modalidade de empresa sem-patrão tem a sua inspiração na vertente do novo sindicalismo, preconizada pelo sindicalismo combativo do pós-64 no Brasil. Trata-se de uma concepção que busca construir um sindicalismo pela base, autônomo e classista que possa expressar os anseios das classes trabalhadoras brasileiras. A organização horizontalizada por local de trabalho, constitui um dos fundamentos políticos dessa vertente sindical. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) traduz a expressão máxima do novo sindicalismo e constitui-se no referencial para o conjunto dos trabalhadores autônomos e combativos.

A perspectiva autônoma é, certamente, o cariz inspirador dos empreendimentos autogestionários na atualidade. Tudo acontece na empresa por decisão dos trabalhadores, o que pressupõe fóruns e instâncias na estrutura organizativa onde todos podem participar. Isto faz avançar os negócios à medida que as ações expressam decisões coletivas, pois como assinala Singer (2000, p.13), “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado é a diferença entre cooperativismo e autogestão. Na iniciativa cooperativada o aspecto político é bem destacado, muitas vezes chega a assumir proeminência sobre os aspectos técnico-operativos. Uma cooperativa não opera, necessariamente, com o método da autogestão. Ela pode assumir peremptoriamente a forma de gestão, sob outras formas de organização do trabalho. A perspectiva autogestionária é diferente, porque supõe a participação e intervenção direta dos trabalhadores nos rumos da empresa. É uma cultura que ainda está sendo testada, avaliada, reavaliada e propensa a constantes mudanças.

O problema maior é evitar a exploração dos trabalhadores, do contrário, vai coincidir com a empresa capitalista e essa modalidade é bem diferente. O capitalismo é um modo de produção que tem na mais-valia o seu ponto fulcral. Quanto maior for o grau de exploração da força de trabalho (trabalho não pago), maior será a possibilidade de aumentar a diferença entre os custos totais da produção e dos preços de venda efetivos.

A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (...). O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p.10).

Quer dizer, estamos nos referindo a uma forma de organização que confere novos sentidos ao trabalho e que marca, fundamentalmente, a face identitária da Anteag. Evidentemente que esse modelo interfere na organização tradicional dos trabalhadores, pois à medida que a autogestão avança os organismos de representação política dos trabalhadores terão que rever suas práticas e se refazer em sua identidade.

A autogestão é uma metodologia organizacional em que o controle da empresa e as decisões são exercidas pelos trabalhadores, mas não torna cada trabalhador um acionista da empresa. Nakano (2000, p.74), enfatiza que

Eles decidem sobre tudo: metas de produção, participação nos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado etc .Para que o projeto de autogestão dê certo, são necessários parâmetros mínimos: democratização das tarefas, motivação dos trabalhadores, viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo, integração da empresa em redes de negócios, implantação de técnicas modernas e parceria de trabalho com sindicato dos trabalhadores

A sociedade brasileira assiste à construção de uma nova cultura que tem no aspecto participativo o núcleo do seu desenvolvimento. Trata-se de ações inovadoras que vão sendo aprimoradas constantemente, para maior eficiência de seus resultados. Não está direcionada a grupos sociais pauperizados, que podem ser incluídos pelo cooperativismo popular, como vimos no início deste trabalho. Os membros da Anteag são trabalhadores fabris que encontram-se alocados nas empresas afiliadas a ela. Mas a sua forma de organização interna se aproxima do caráter popular.

A cultura do trabalho solidário se manifesta nos cinco cantos do país alcançando pequenas e grandes cidades. Em Manaus, os primeiros passos têm sido dados por um grupo de pessoas ligadas ao Movimento dos Focolares, de origem católico, fundado por Chiara Lubich na cidade de Trento (Itália) nos ano de 1943. É o caso do grupo empresarial amazonense Lopiano⁶ é formado por duas pizzarias, onde todos os funcionários têm participação nos lucros e nas decisões autogestionárias da empresa. Caberia empreender um estudo específico sobre essa experiência inovadora, o que pretendemos realizar num projeto futuro em nível de doutorado.

Iniciativas populares podem ser notadas em São Paulo e no Rio de Janeiro onde a Prefeitura e a Universidade Federal viabilizam projetos de incubadoras e cooperativas populares. No Rio Grande do Sul experiência semelhante vinculada ao poder público, também pode ser notada. O atual momento do país é o da construção de um projeto popular, pois nunca foi tão importante e valorizada a participação como um elemento

⁶ Sobre este assunto é sugestiva a leitura do artigo de Márcia Baraúna Pinheiro intitulado “economia de comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária” (In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (org). A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000)

fundador das identidades. As cooperativas industriais e outras do ramo do trabalho são experiências recentes que devem receber apoio de toda a sociedade, para ampliar a possibilidade de construção de novas iniciativas.

A Organização das Cooperativas do Brasil/seção do Amazonas – OCB, é uma entidade de fomento político às iniciativas cooperativadas que vem se destacando na sociedade manauara desde 1992. De acordo com Estevam Ferreira da Costa, que presidiu essa entidade no período de 1992 a 2001,

A OCB congrega todas as cooperativas do Estado. Seus associados com direito a voto são os presidentes de cooperativas. Nós tínhamos registrado até abril de 2001, 129 cooperativas, mas funcionando normalmente não chega 30 delas. Há uma defasagem entre o número de cooperativas registradas e o número de cooperativas que sobrevivem e que realmente funcionam em torno da organização (entrevista/2004).

Vimos anteriormente que o atrelamento clientelista foi um dos fatores que contribuíram para que algumas cooperativas não sobrevivessem. A cultura paternalista é venal porque acostuma mal os indivíduos, deixando-os impotentes diante dos desafios. Estamos de fato diante de algo novo, de emergência de uma nova cultura do trabalho pautada na perspectiva autogestionária que desafia o trabalhador a dar conta do próprio negócio. Empresas como a Makerly de Franca/São Paulo não conseguiram superar todas as dificuldades e fecharam. Mas outras se firmaram e vão se aprimorando sempre mais, é uma nova cultura que está em gestação. Para Singer (2002, p.21),

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

A construção de uma nova cultura não ocorre da noite para o dia. O processo acontece paulatinamente depois de muitas discussões e conhecimento da nova

metodologia. A diferença entre uma empresa tradicional e uma empresa/cooperativa autogestionária está na forma metodológica de organização do trabalho que dispõe de um sistema mais democrático, sem punições, e com a colaboração efetiva de todos os seus associados que são os donos do empreendimento. A OCB realiza um

Trabalho de orientação às pessoas ou grupos que têm interesses em formar uma cooperativa: o que é o sistema cooperativo, como funciona, onde começa, pra onde vai, seus limites e obstáculos. É um trabalho técnico e político ao mesmo tempo, direcionado para formar uma consciência em torno dessa cultura (Estevam, entrevista/2004).

A cultura cooperativa é um movimento que requer efetiva participação nos debates locais, nacionais e internacionais. Requer reflexão e autocritica na busca de uma práxis transformadora, daí a necessidade de participação nos fóruns e instâncias que propiciam um debate aberto sobre esta questão. Estevam nos informa que a OCB tem assento em fóruns interessantes como

O FMPE (Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Empresas), no Conselho do INCRA, nos assentamentos administrados pelo PROCERA que é uma linha de financiamento do INCRA, no Conselho do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e tem participação no SESCOOP(Serviço Social das Cooperativas). A OCB também participa de eventos nacionais e internacionais constantemente (entrevista/2004).

Esse processo reflexivo é importante porque contribui para com a formação dos próprios gestores. A Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho) fundada em 1995, é uma entidade que também propicia debates nacionais sobre economia solidária. Em 1997, o Grupo de Trabalho de Economia Solidária coordenado pelo professor Paul Singer (USP), realizou um evento nacional onde compareceram

Dirigentes da Anteag, da ITCP/UFRJ, do MST, da Fase e de algumas outras entidades promotoras ou associativas da economia solidária. A esta reunião compareceram colegas da Unitrabalho de todo o país e foi esclarecedor ouvir os relatos sobre cooperativas de novo tipo que estavam se formando em muitos Estados. Ao lado da ITCP/UFRJ e Anteag, também o MST estava criando cooperativas de produção e de comercialização nos assentamentos de reforma agrária (SINGER, 2000, p. 125 – 126).

Apreender bem esse processo e apropriar-se de conhecimentos metodológicos da gestão e autogestão, é fator primordial para a viabilidade dos empreendimentos cooperativos que vêm se formando em todo o país. Para uma cooperativa se manter no mercado é preciso que os seus gestores olhem para dentro de si mesmos, para certificar-se da sua predisposição para inserir-se numa nova cultura onde tem que gerir o próprio negócio. Segundo Singer (2002, p.21),

As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão (...). Mas irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos.

É preciso reinventar as classes trabalhadoras, a sua estrutura organizacional, retroalimentada na democracia e na possibilidade de novas relações de trabalho que atendam aos desafios dos novos tempos. Do mesmo modo, é preciso recriar novas formas de sociabilidade entre os trabalhadores fundadas nos princípios de solidariedade, equidade e democracia.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradutor: Roberto Raposo. Pós-fácio de Celso Lafer. 9 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1999.

GUIMARÃES, Gonçalo (coord.). Ossos do Ofício: cooperativas populares em Cena aberta. Rio de Janeiro: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares UFRJ, 1998.

NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998a.

SINGER, Paul. Luz antes do fim do túmulo. In: GUIMARÃES, Gonçalo (coord). Ossos do Ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998b.

_____. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina e CARVALHO NETO, Antonio (orgs). Relações de trabalho contemporâneo. Belo Horizonte. IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. Introdução à Economia Solidária. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Cooperativas de trabalho. Brasília, 2005, mimeo

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Arquivo da Central Única dos Trabalhadores do Amazonas

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico, 1996 – 1997.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas sobre o Emprego. São Paulo, 2000

CAGED, Lei nº 4.923/1965 do Ministério do Trabalho e Emprego

CAGED. Cadastro de Emprego e Desemprego/AM (2004/2005)

Datafolha. São Paulo, 2000

Folha de S. Paulo do dia 05.09.2000

GFIP/FGTS, Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social, 2000

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo/1999

IBGE, Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2000

IBGE, Pesquisa de Medição de Emprego. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, 2001

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São Paulo, 1989.

OCB, Organização das Cooperativas do Brasil (arquivo)

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Eletroeletrônicos do Amazonas (arquivo). 2000

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. Perfil das Empresas com Projetos Aprovados pela Suframa. Manaus, 1999

_____. Indicadores de Desemprego da Zona Franca de Manaus. 2000

Manual de Cooperativas do Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: M.T. E s/d

